



DOSSIÊ

2 *O olhar sobre a Guanabara: a transferência da capital e a paisagem carioca na gestão Carlos Lacerda (1960-1965)*

(A look at Guanabara: the transfer of the capital and the Rio de Janeiro landscape during the Carlos Lacerda administration [1960-1965]).

(Una mirada a Guanabara: el traslado de la capital y del paisaje carioca durante el gobierno de Carlos Lacerda [1960-1965]).

Rachel Ferreira Torres¹

1. Doutoranda e mestre em Ciência da Informação (PPGCI/UFF). ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8349019091139010>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-9561-115X>



RACHEL FERREIRA TORRES

Resumo – Pesquisa que aborda o processo de requalificação urbana, e as políticas de habitação do Governo Carlos Lacerda, no Estado da Guanabara, entre os anos de 1960-1965. Utiliza como objeto de estudo fotografias depositadas em Arquivos Públicos do Rio de Janeiro, e produzidas pela imprensa da época. Objetiva analisar como a requalificação da cidade, e as políticas habitacionais, alteraram a paisagem urbana, observada a partir de duas óticas: a do governo e dos moradores removidos, identificando distintas narrativas sobre a cidade, a memória e a identidade.

Palavras-chave: Estado da Guanabara (Rio de Janeiro, 1960-1975); Lacerda, Carlos, 1914-1977; Favelas (Estado da Guanabara, 1960-1965); políticas habitacionais; requalificação urbana; fotografias (Arquivos).

Abstract – Research that addresses the process of urban requalification and the housing policies of the Carlos Lacerda Government in the State of Guanabara between 1960 and 1965. It uses as its object of study photographs stored in the Public Archives of Rio de Janeiro and produced by the press of the time. The objective is to analyze how the requalification of the city and housing policies altered the urban landscape, observed from two perspectives: that of the government and that of the displaced residents, identifying different narratives about the city, memory, and identity.

Keywords: State of Guanabara (Rio de Janeiro, 1960-1975); Lacerda, Carlos, 1914-1977; Favelas (State of Guanabara, 1960-1965); housing policies; urban requalification; photographs (Archives).



RACHEL FERREIRA TORRES

Resumen – Investigación que aborda el proceso de recalificación urbana y las políticas habitacionales del Gobierno de Carlos Lacerda, en el Estado de Guanabara, entre los años 1960-1965. Utiliza como objeto de estudio fotografías depositadas en el Archivo Público de Río de Janeiro y producidas por la prensa de la época. Su objetivo es analizar cómo la recalificación de la ciudad y las políticas habitacionales cambiaron el paisaje urbano, observado desde dos perspectivas: la del gobierno y la de los residentes removidos, identificando diferentes narrativas sobre la ciudad, la memoria y la identidad.

Palabras clave: Estado de Guanabara (Río de Janeiro, 1960-1975); Lacerda, Carlos, 1914-1977; Favelas (Estado de Guanabara, 1960-1965); políticas de vivienda; recalificación urbana; fotografías (Archivos).



² Para Motta, “a memória da capitalidade, ou seja, da **função de representar a unidade e a síntese da nação**, foi transformada em uma tradição única e exclusiva da cidade do Rio de Janeiro, marcando, simultaneamente, o que lhe é próprio e o que a separa das outras regiões do país” (Motta, 2000, p. 2, grifo nosso).

1. Introdução

A cidade caos, maravilha mutante (Fawcett; Abreu, 1992), o Rio de Janeiro, é uma cidade de muitas cidades, uma cidade multifacetada, que ao longo dos séculos foi, e continua sendo, o palco dos cartões postais e dos grandes eventos do Brasil. Sede da colônia (1763-1822), capital do império (1822-1889), e de grande parte da República (1889-1960), o Rio se acostumou a ser o centro. Centro político, econômico e cultural. Entretanto, esse cenário foi se modificando a partir da década de 1960, com a transferência da capital para o interior de Goiás, que culminou na transformação do Rio de Janeiro na única cidade-estado do país. O novo Estado recebeu o nome da paisagem que mais o evoca e uma das suas maiores representações, a Guanabara.

Em abril de 1960, no final do governo de Juscelino Kubistchek (1956-1961), enquanto emergia no cerrado brasileiro a nova “utopia nacional” (Freire; Sarmiento, 2004, p. 40), o Rio perdia sua enraizada capitalidade² (Motta, 2000) e se transformava no Estado da Guanabara (1960-1975). Nas décadas de 1960 e 1970 a cidade teve a sua ocupação urbana direcionada para as Sul e oeste (Farias, 2010, p. 95), e no contexto sócio-político foram anos profundamente marcados pela interrupção do processo democrático e instauração da ditadura militar (1964-1985). Enquanto Gua-

nabara, a cidade teve sua paisagem e infraestrutura fortemente modificada, cortada por túneis, aterrada, atravessada por grandes avenidas, até que finalmente, foi ligada ao antigo Estado do Rio de Janeiro, onde, sob as águas da Baía de Guanabara, em 1974, o Governador Chagas Freitas (1971-1975) inaugurava a Ponte Presidente Costa e Silva, que popularmente, firmou-se como ponte Rio-Niterói, conectando a cidade-estado à antiga capital fluminense, preparando-a para a fusão, que viria em 1975.

Em meio a um grande canteiro de obras, o Rio de Janeiro se encontrava em um novo processo de requalificação urbana, especialmente da zona Sul da cidade, que iria vigorar nas três gestões governamentais da Guanabara, Carlos Lacerda (1960-1965), Negrão de Lima (1965-1970) e Chagas Freitas (1971-1975). Neste artigo, nos dedicamos aos anos de 1960-1965, anos sobre a gestão Carlos Lacerda, que ficaria caracterizada pelas obras, mas principalmente, por sua política de habitação – e remoção – realizadas das sul e norte, e conseqüentemente, na zona Oeste do Rio de Janeiro.

Desta forma, a proposta deste trabalho é analisar como a paisagem e o processo de requalificação e habitação urbana da cidade, entre os anos de 1960-1965, são apresentados em diferentes olhares e repre-

3 Paul Otlet (1934) em seu texto *O Tratado da Documentação* defende que tudo pode ser um documento, sendo um dos primeiros a pensar o conceito de documento de forma ampliada (Juvêncio, 2021), incluindo as fotografias.

4 De acordo com Lacerda (2008), a arquivologia levou décadas para reconhecer a fotografia como um documento de arquivo, segundo a autora, recorrendo ao exame de alguns manuais tradicionais da área, as fotografias só aparecem como um documento arquivístico em 1956, quando Schellenberg publica “Arquivos Modernos – Teoria e Prática”, ficando de fora de clássicos, como o *Manual dos Holandeses* (1898) e aparecendo como um mero anexo no texto de 1922 de Jenkinson (Lacerda, 2008).

RACHEL FERREIRA TORRES

sentações, partindo do advento das imagens, dialogando sobre a memória, o espaço, o lugar e os usos do solo urbano, sobre a ótica de conceitos da Sociologia e da Ciência da Informação.

Para Boris Kossoy (2002) o registro fotográfico é composto por elementos estruturais, o assunto (objeto de registro), a tecnologia do registro e o fotógrafo, que “motivado por razões de ordem pessoal ou profissional, a idealiza e elabora através de um complexo processo cultural/estético/técnico” (Kossoy, 2002, p. 26) e destaca:

O espaço e o tempo implícito no documento fotográfico subtendem sempre um contexto histórico específico em seus desdobramentos sociais, econômicos, políticos, culturais, etc. **A fotografia resulta de uma sucessão de fatos fotográficos que tem seu desenrolar no interior daquele contexto.** Ela registra, por outro lado, um micro aspecto do mesmo contexto. (Kossoy, 2002, p. 26, grifo nosso)

As fotografias, já apresentadas enquanto documentos por Otlet (1934)³, e inseridas definitivamente na Arquivologia por Schellenberg (1956)⁴, são objetos de estudo de diversas áreas, fazem parte da

memória coletiva (Halbwachs, 1990) e se configuram também como fontes históricas. Criada no século XIX, rapidamente se modificou, desenvolvendo-se junto dos avanços da tecnologia, para no século XX se popularizar e se inserir em diferentes contextos e usos, incluindo os registros oficiais dos governos. Knauss, Mauad e Motta (2015), afirmam que

Ao longo do século 20 a presença do registro fotográfico se diversificou, mas se manteve constante e dotada de certa ubiquidade, devido a sua presença em diferentes arquivos de órgãos variados do governo, nas instâncias federais, estaduais e municipais. **As grandes coleções fotográficas depositadas em arquivos das instituições públicas dão prova disso.** (Knauss; Mauad; Motta, 2015, p. 88, grifo nosso)

Desde o daguerreótipo, quando se tornaram de domínio público, as fotografias foram inseridas no cotidiano, primeiro com os retratos – causando uma crise nas pinturas e entre os retratistas – posteriormente com o registro das paisagens, se configuram enquanto um documento público, como evidencia a contratação de Augusto Malta como o primeiro fotógrafo oficial da Prefeitura do Distrito Federal⁵, e até os modelos de fotojornalismo. Os adventos audiovi-

5 Augusto Malta foi nomeado pelo decreto nº 445 de 27 de junho de 1903, para ocupar o recém-criado cargo de fotógrafo no gabinete fotográfico da Diretoria Geral de Obras e Viação da Prefeitura do Distrito Federal, pelo então prefeito Francisco Pereira Passos (1903-1906). De acordo com o decreto de sua nomeação suas atribuições eram as de fotografar a execução e inauguração de obras públicas, estabelecimentos ligados a municipalidade, monumentos e prédios históricos, festas públicas e flagrantes do momento de ressacas, desabamentos e enchentes.

RACHEL FERREIRA TORRES

suais, a fotografia e o cinema, foram revolucionários para os séculos XIX e XX (Benjamin, 2021, p. 61; Burke, 2001, p. 29). Sobre a revolução da fotografia, no pensamento benjaminiano, defendido em seu clássico ensaio *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica* é a partir da técnica da reprodução que a arte deixa a sua relação com a tradição, a autenticidade e quebra o ritual, a reprodutibilidade altera a sua função social, passando ao uso da arte política (Benjamin, 2021, p. 62).

Benjamin (2021, p. 55) sinaliza que “Com a fotografia, a mão foi pela primeira vez aliviada das mais importantes obrigações artísticas no processo de reprodução figurativa, as quais recaíram a partir daí exclusivamente sobre o olho”. Walter Benjamin evidencia a questão do olhar, e como isto foi fundamental na aceleração do processo de reprodução. No capítulo sobre a fotografia, o autor disserta sobre o processo de retirada do homem do centro das imagens, sendo este “seu último refúgio ao culto”, para ele “nos primórdios da fotografia, a aura dá seu último aceno na expressão fugidia de um rosto humano” e completa

Atget, que registrou as ruas parisienses sob um aspecto despovoado por volta de 1900 (...). As fotografias começam, com Atget, **a tornar-se**

provas no processo histórico, o que perfaz sua significação política oculta. A elas já não é adequado o livre flutuar da contemplação. Elas inquietam o observador; ele sente que deve buscar um caminho determinado até elas. (Benjamin, 2021, p. 67, grifo nosso)

Benjamin trabalha com olhar, do produtor, da alteração da função social da arte e a revolução do processo fotográfico, esse olhar que foi alterado no momento em que os retratos, os *cartes de visite*, deixam de ser centrais, em que o homem deixar de ser cultuado como o objeto a ser fotografado, e as paisagens urbanas passam a ser capturadas pelas lentes, dando foco ao espaço e ao lugar. Simon Schama (1995, p. 17) ao debater sobre memória e paisagem, também traz a questão do olhar, para o autor é através dos nossos olhos se contempla a paisagem e “antes de poder ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente. **Compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rochas**”. Assim, ao pensarmos nas camadas que formam a paisagem urbana, retomamos as ideias de espaço e lugar, neste estudo tomaremos como base os conceitos apresentados por Farias (2010)

6 Entre 12 e 21 de agosto de 1958, o jornal *Correio da Manhã* publicou uma série de artigos, chamados “O que será do Rio? – Objetivando por em discussão o destino da cidade. (Lynch; Souza; Junior, p. 9, 2021)

De acordo com este horizonte interpretativo, ressaltamos o propósito de mobilizar a noção de espaço em um duplo registro conceitual e analítico para nos voltar ao tema da paisagem urbana. Ou seja, tomamos o **espaço** enquanto o fator lógico necessário, caracterizado pela sua extensão plana, favorecendo a evocação de unidades, homogeneidades, logo, de abstrações de natureza cognitiva. Já o **lugar** corresponde ao fator rugoso ambiental e retórico e por isto mesmo empírico, envolvido com as circunstâncias, com os móveis históricos, geográficos e efetivos relativos a biografias e itinerários, embutidos na composição da sua narrativa. (Farias, 2010, p. 87, grifo nosso)

Isto posto, compreendendo o lugar e o espaço e a paisagem, para além das camadas de rocha, mas composta das camadas da mente e das lembranças, do advento fotográfico e dos demais conceitos aqui apresentados, dividimos este artigo em quatro partes, esta introdução, na segunda contextualizamos a cidade sob a ótica de Carlos Lacerda, a partir da historiografia e das fotografias produzidas pelo próprio governo, buscou-se especialmente compreender as mudanças, o processo de requalificação da zona Sul, e a política de remoções das favelas. Na terceira parte do texto, discutiremos, a partir de outras lentes, o

direito à cidade (Harvey, 2014), o uso do solo urbano, pensando no simbólico, na representação, os lugares de memória, analisando como a Guanabara se apresenta em suas narrativas nos arquivos cariocas. E por fim, breves considerações.

Lacerda, o trator da Guanabara: a política de remoção de favelas e a nova face da Zona Sul carioca

Durante os meses antecedentes a abril de 1960, uma questão movimentou o contexto sócio-político da cidade: “O que será do Rio?”⁶. O Rio que durante tanto tempo foi vitrine do Brasil, o Rio que era o retrato da corte, palco da República, a cidade que não poderia simplesmente fundir-se ao então estado do Rio de Janeiro e ser um município qualquer, o Rio que desde 1763 cultivava a sua vocação: ser capital do Brasil, e onde “ser carioca tornou-se sinônimo de ser brasileiro, numa tentativa de síntese de um país tão heterogêneo” (Lynch; Souza; Junior, p. 10, 2021).

Em seus 15 anos de existência, o Estado da Guanabara foi governado por quatro gestores, considerando o governo provisório e indicado por JK, José Sette Câmara Filho (1960). O primeiro representante a ser eleito diretamente pelos cariocas foi Carlos La-



cerda, nas eleições gerais de outubro de 1960, Lacerda visava construir na Guanabara a figura de estado capital, fortalecendo o sentimento de capitalidade da cidade. Em 1965, já sob a tutela dos militares no poder executivo, o moderado Negrão de Lima assume o governo, e por fim, em 1971, eleito indiretamente, Chagas Freitas se consagra como o último governador da Guanabara. Chagas, ao contrário de Lacerda, esvaziou a ideia do estado-capital e investiu na estadualização e política local, o que de fato, era o desejo do Governo Federal para a cidade-estado.

Carlos Frederico Werneck de Lacerda (1914-1977), nasceu no Rio de Janeiro, no ano de 1914, filho, neto e sobrinho de políticos, iniciou sua vida pública na década de 1930, quando se filia a Aliança Nacional Libertadora (ANL), “organização que reunia a oposição de esquerda ao governo Vargas” (Motta, 2005, p.1), porém em 1945, já na carreira de jornalista, faz duras críticas ao Partido Comunista do Brasil (PCB), sendo visto como traidor da causa, rompe com o comunismo (Perez, 2005, p. 10). Posteriormente filia-se a União Democrática Nacional (UDN), sendo eleito vereador do Rio em 1947, paralelamente, segue como jornalista. Trabalhando no jornal *Correio da Manhã*, no será responsável por uma série de artigos publicados em 1948, intitulados a *Batalha do Rio*, onde Lacerda já demonstrava o seu

posicionamento sobre as favelas cariocas na paisagem urbano da cidade, enquanto um problema para ser resolvido, para Oliveira (2021)

A campanha jornalística a “*Batalha do Rio*”, liderada por Carlos Lacerda, surgiu numa aliança entre liberais e católicos para se contrapor ao que consideravam como a “demagogia” de comunistas e das esquerdas. Num reforço à atuação da Fundação Leão XIII e num apelo à atuação do poder público no controle do espaço urbano, mostrava a favela como um problema do “egoísmo” e do “individualismo” da modernidade. A ação da igreja e a solidariedade cívica dos cidadãos eram exaltadas como meio de recuperar os pobres e “humanizar” as favelas. (Oliveira, 2021, p. 425)

Após os anos dedicados ao *Correio da Manhã*, já consagrado na profissão, em 1949 funda o seu próprio jornal, a *Tribuna da Imprensa* que “passa a funcionar como veículo do seu discurso político” (Perez, 2005, p. 10), no qual vai travar uma batalha contra a gestão do presidente Getúlio Vargas (1950-1954). Em 1954, recebe uma das alcunhas que vai marcar sua trajetória, como conta Motta (2005)

Mais do que uma rima, agosto de 1954 foi um mês de desgosto para a política brasileira. Na madrugada



do dia 5, Lacerda sofreu um atentado na entrada do edifício onde morava na rua Tonelero, em Copacabana. Foi ferido no pé, mas o major-aviador Rubens Vaz, que naquele dia lhe dava proteção, foi morto. Os tiros na Tonelero foram o golpe fatal no cambaleante governo de Vargas, que, à renúncia, preferiu o suicídio. Chamado de “assassino de Vargas”, Lacerda teve que se esconder para escapar da fúria da multidão, que acorreu às ruas para chorar a morte do “pai dos pobres”. (Motta, 2005, p. 2)

De *assassino do pai dos pobres* ou o *corvo*, muitos foram os signos do percurso de Carlos Lacerda e após o episódio com Vargas, ganharia mais um, o de *demolidor de presidentes*. Em 1955, envolveu-se em um movimento para impedir a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart, eleitos presidente e vice-presidente. Fracassada a tentativa, passa um tempo fora do Brasil, retornando em 1956, quando volta à câmara dos vereadores e se torna o líder da oposição ao governo JK (Perez, 2005, p. 11). Permaneceu na câmara até a transferência da capital para Brasília, em 1960, quando “abriu uma nova perspectiva para a sua carreira política: ser o primeiro governante do Rio eleito diretamente pelos cariocas” (Motta, 2005, p. 3).

Lacerda se lançou candidato ao governo da Guanabara, visando também as eleições presidenciais de 1965 – que nunca viriam a acontecer –, concorreu contra Sérgio Magalhães (PTB-PSB) e Tenório Cavalcanti (1906-1987). Em outubro daquele ano, os cariocas experimentaram pela primeira vez a oportunidade de escolher o seu representante, até então, os prefeitos, por sua condição de capital, eram indicados pela presidência da república. Lacerda ganha o governo da Guanabara, e Jânio Quadros, a presidência.

A gestão Carlos Lacerda (1960-1965) no Estado recém-nascido, mas enraizado da velha política, dos sabores de capital, da vitrine cosmopolita do Brasil e berço cultural, é caracterizada por muitos traços, traços até hoje evidentes na urbe e na lembrança popular. Nos anos em que esteve no governo da Guanabara, momento em que o Rio de Janeiro precisava reinventar sua identidade, Lacerda buscou firmar a ideia de que, apesar de Brasília, o Rio era a capital de fato, e tanto no espaço, quanto no lugar, as modificações foram diversas, Motta (2005, p. 4) afirma que a “Educação, urbanização e habitação foram as áreas mais beneficiadas, e que até hoje, não por acaso, dão a Lacerda um lugar privilegiado na memória carioca”.

Em função do exponencial aumento populacional da cidade, e do aumento do uso do automóvel, entre as décadas de 1950 e 1960 (Abreu, 2022), a Guanabara de Carlos Lacerda tornou-se um canteiro de obras. A paisagem carioca, enfrentaria, mais uma vez, um processo de requalificação urbana, processos estes que marcaram o século XX, desde a reforma Pereira Passos (1903-1906), passando por Carlos Sampaio (1920-1922) e Henrique Dodsworth (1937-1945), e novamente, a cidade seria modificada, em muitos sentidos. Lacerda, a partir de investimentos internacionais e da arrecadação de impostos, acelera a retomada e inaugurações de obras públicas, constrói cerca de 200 escolas, inaugura 19 viadutos, abre os túneis André Rebouças e Santa Bárbara, expande o elevador da Perimetral e a Avenida Brasil, constrói a nova adutora de água do Guandu, amplia a rede hospitalar, cria o Museu da Imagem e do Som (MIS) e o Parque do Flamengo (Motta, 2000; 2005, Perez, 2005; Trindade, 2006; Abreu, 2022; Knauss, Mauad, Motta, 2015). Abreu (2022) sinaliza que

O governo Lacerda (1961/1965) não se caracterizaria apenas pela solução dada ao problema da água. Ao contrário, ele representa o exemplo mais marcante da intervenção direta do Estado na solução do ‘problema viário’, um problema que na verdade era um falso

problema, posto que derivava da crescente concentração de renda nas mãos de uma minoria da população. (Abreu, 2022, p. 181)

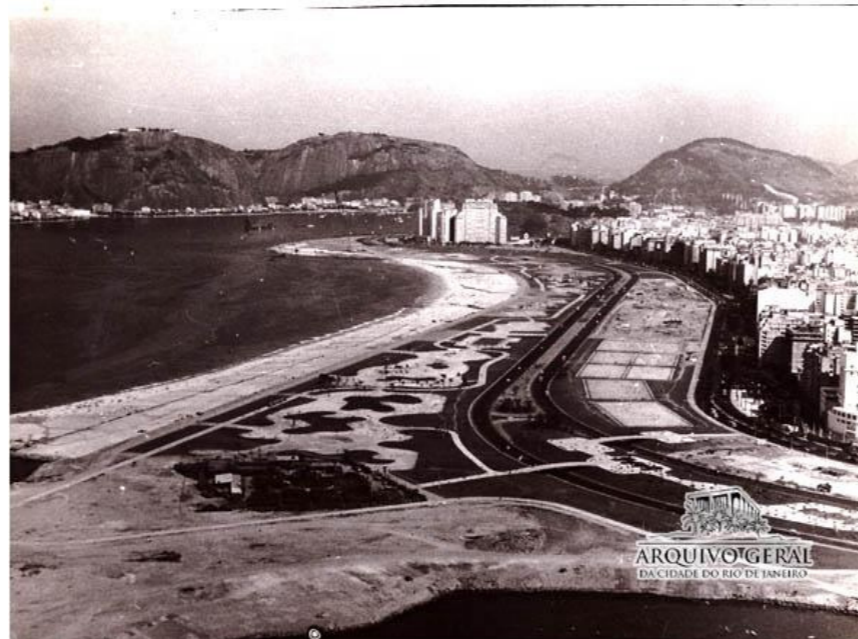
Lacerda procurou na construção de inúmeros viadutos e de novas avenidas, a adequação do espaço urbano às necessidades do automóvel, e por conseguinte, das classes de maior poder aquisitivo (Abreu, 2022, p. 181). De acordo com Motta (2005) o governador buscava se firmar como um administrador, um tocador de obras, e assim, para enfrentar Juscelino “o construtor da Novacap (Brasília), e seu possível rival em 1965, Lacerda teria de “reconstruir” a chamada Belacap” (Motta, 2005, p. 4).

Figura 1 – Lacerda Visita Obras do Guandu



Fonte: Coleção Particular Carlos Lacerda /AGCRJ

Figura 2 – Obras do Parque do Flamengo



Fonte: Coleção Particular Carlos Lacerda /AGCRJ

Para além do comando de obras e aberturas de ruas, o governador foi responsável pela controvérsia política de remoção de favelas, o que se tornou um marco da sua gestão. Movendo centenas de famílias de suas casas e comunidades nas zonas sul e norte do Rio, como a Favela do Pasmado, Favela Macedo Sobrinho, Favela do Esqueleto, entre outras, para conjuntos habitacionais construídos na afastada Zona Oeste e para Centros de Habitação Provisórios (Trindade, 2006). Segundo relatos produzidos para o quarto centenário da cidade de São Sebastião, a pedido de Lacerda e organizado por Nascimento

(1965), publicado em 1965 no livro *O Rio de Janeiro em seus quatrocentos anos*, no texto *A Fisionomia das Unidades Urbanas*, a autora Maria Terezinha Segadas Soares (1965) escreve

O segundo problema, que se estampa com nitidez na fisionomia urbana carioca, é o problema habitacional. As favelas, isto é, amontoado de habitações miseráveis, construídas com o material a mão [...] sem alinhamento e sem o benefício de serviços públicos surgiram da multiplicação de iniciativas individuais de instalação em áreas depreciadas por sua situação, em morros íngremes ou áreas pantanosas. Não constituem elas um problema recente de aglomeração carioca, datando do início do desenvolvimento de 1930, mas, sem dúvida, fatores diversos contribuíram para que, nos últimos tempos, se difundissem por toda parte. **A favela no Rio, não está circunscrita a áreas mais pobres ou mais ricas. Existe em toda a cidade, da zona Sul ao subúrbio mais longínquo** (Soares, 1965, p. 387, grifo nosso)

Para resolver o “problema favela”, Carlos Lacerda e sua equipe, marcada pela figura de Sandra Cavalcanti (1925-2022), optam pela política de remoção dessas comunidades, em sua maioria, para

7 Trindade aponta que as famílias que não atingiam um salário-mínimo, para adquirir casas nos conjuntos habitacionais eram levadas para os centros provisórios e afirma “Reforça essa ideia o depoimento de Aldiza Muniz Tavares, assistente social coordenadora do CHP de Nova Holanda, de 1969 a 1975: “Nas favelas, quem tinha renda ia para os apartamentos, quem não tinha ia para esses Centros de Habitação.” (Trindade, 2006, p. 76)

RACHEL FERREIRA TORRES

a afastada zona oeste, oferecendo aos “favelados” a opção de adquirir casas nos em conjuntos habitacionais ou a sua remoção para os Centros de Habitação Provisórios⁷. Os primeiros conjuntos habitacionais erguidos foram os da Vila Aliança, em Bangu, a Vila Kennedy, em Senador Câmara, e a Vila Esperança, em Vigário Geral. Vale ressaltar que

O processo de modernização da cidade do Rio de Janeiro, desde o início do século XX, **está voltado principalmente para a renovação da área central e embelezamento da Zona Sul**. Estas duas áreas se desenvolvem de forma diversa dos subúrbios, os quais possuem um alastramento impulsionado pela instalação de indústrias que, além de possibilitarem o estabelecimento de alguma infraestrutura, qualificam a área de forma atrativa para um quantitativo populacional que servirá de mão-de-obra. (Trindade, 2006, p. 21, grifo nosso)

Trindade (2006) debate sobre como a gestão Lacerda tratou a questão das comunidades na paisagem carioca, a favela foi vista como um problema urbanístico e social, e a solução encontrada foi a agressiva destruição e remoção dos seus moradores para outras zonas apartadas da região central e sul. Knauss, Mauad e Motta (2015, p. 32) escrevem que a

profunda intervenção realizada no espaço urbano da cidade, é um dos elementos centrais da formação do Estado, especialmente, a política de remoção.

Figura 3 - Obras de construção da Vila Aliança



Fonte: Coleção Particular Carlos Lacerda /AGCRJ

Observamos na figura 3 a entrada de famílias removidas na Vila Aliança, a imagem, a partir do olhar do fotógrafo – e do governo - passa uma mensagem do recomeço, do abandono ao antigo, do velho, para a chegada do progresso, e a clara demarcação das obras do governo e do convênio Aliança para o progresso. De acordo com Perez (2005), em 1960 o Rio de Janeiro possuía 3.3 milhões de habitantes,



8 Dados quantitativos consultados em Perez (2005, P. 311) e Valladares (1978, p. 39-40)

rodeada por 147 favelas, nas quais habitavam 10% da população, para o autor o Rio de Janeiro era “Um lugar não só de contrastes mas também de especificidades” (Perez, 2005, p. 73). Entre 1962 – quando foram iniciadas as remoções - e 1965 foram atingidas 27 favelas, e 41.958 habitantes⁸ foram removidos de suas casas e bairros.

Cabe destacar que, para os autores, embora Lacerda tenha inaugurado essa política na Guanabara, e seja responsabilizado, a remoção de comunidades foi realizada durante os quinze anos de existência da cidade-estado, especialmente fortalecida na Gestão Negrão de Lima, quando foram atingidas 33 favelas e 63.910 habitantes removidos, e por fim, continuada na gestão Chagas Freitas, com a remoção de 20 favelas e 26.665 moradores. Vale ressaltar que a visão dessas comunidades como um problema na paisagem da cidade não se iniciou com a Guanabara, políticas públicas foram realizadas nos anos 1940, durante o Estado Novo, como a experiência dos Parques Proletários (Trindade, 2006; Perez, 2005). Entretanto, de acordo com Motta (2005), Trindade (2006) e Perez (2005), foi Lacerda quem levou a pcha consigo, visto como um elitista, “por ter procurado remover o elemento “desagradável” da turística paisagem da zona sul” (Perez, 2005, p. 213), o que se agravou com a remoção da favela do Pasmado, quan-

do seus moradores foram levados aos subúrbios da zona oeste, e os restos da favela incendiados. Para Motta (2005, p. 4) fama de elitista também foi “alimentada pela chacina de mendigos ocorrida em 1962 – corpos foram encontrados no rio da Guarda –, e habilmente explorada por seus adversários”, assim, ao ser “Tachado de “matamendigos”, Lacerda passou a ser acusado de pretender exterminar também os favelados”. As fotografias dos incêndios propositais do Pasmado, estamparam os jornais de 1964.

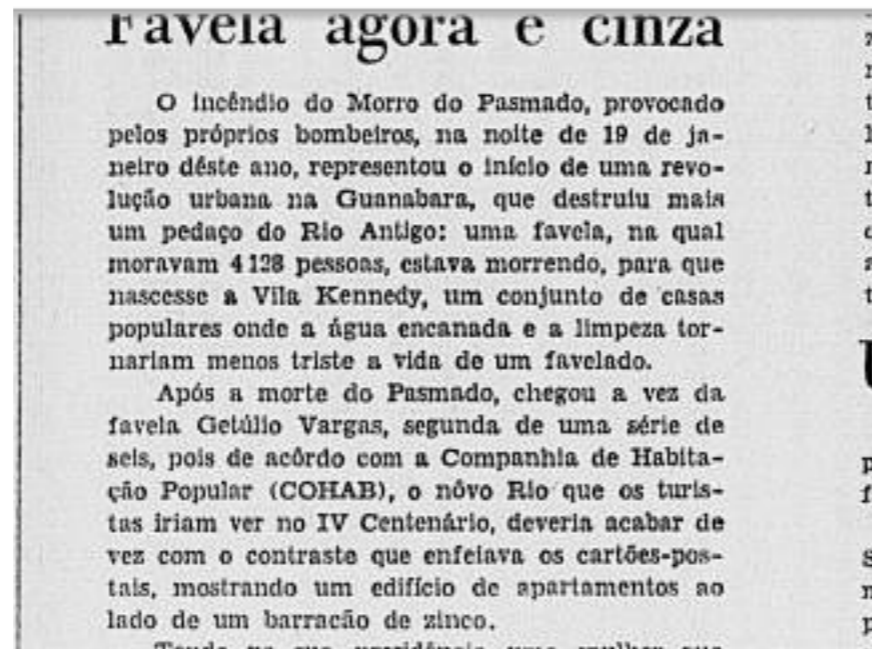
Figura 4 – Jornal do Brasil/ 1964



Fonte: Jornal do Brasil/ Hemeroteca Digital



Figura 5 – Jornal do Brasil/ 1964



Fonte: Jornal do Brasil/ Hemeroteca Digital

Outros dois editoriais sobre o episódio chamam atenção, o primeiro intitulado *Morro do Pasmado já não tem favela*, informa que “terminou ontem a remoção de todos os moradores da favela do Pasmado – 3.991 pessoas – para os grupos residenciais construídos em diversos locais da cidade. [...] Na parte norte, que já está limpa, serão plantadas árvores para o embelezamento do local”. O segundo, em uma matéria publicada também no Jornal do Brasil, com o título de *Cidade Maravilhosa* destaca

A verdade, no entanto, é que a queima da favela não é parte de algum plano urbanístico geral,

do saudoso professor Agache, que tanta celeuma provocou em dias idos, ou do seu revenant, o grego Doxiadis, que armou uma batalha entre o Governador da Guanabara e os arquitetos brasileiros. Contra a favela são todos, já que não se pode imaginar que elas agradem nem mesmo aos seus habitantes. A queima dos barrascos do Pasmado – talvez o primeiro incêndio do Rio em que não se precisou lamentar a falta de água – é parte de um antigo plano de dar casa decente ao carioca. E, sobretudo, de tornar o Rio uma Cidade mais higiênica [...] não se pode ser contra o incêndio voluntário que iluminou de rubro as inúmeras placas de “Govêrno Carlos Lacerda. E o Govêrno Guanabara tem, além disso, aumentado o número de praias do Rio, ao longo de botafogo e todo Aterro, dando ao carioca seu único divertimento gratuito, a praia, e as boas águas higiênicas do mar.” (Jornal do Brasil, 1964.)

Percebe-se, nestas reportagens, que durante a remoção do Pasmado e de seu emblemático incêndio, a imprensa carioca permanecia ao lado de Lacerda, aliados à ideia de uma cidade limpa, e com lugares públicos – mas públicos para quem? A reportagem



trata também da falta da água, um problema crônico, das chuvas e das praias poluídas do Leblon, e revela as novas modificações que ocorriam na paisagem urbana, dentro de uma política de embelezamento e também os conflitos gerados em torno de novo Plano Urbanístico, que estava propondo um novo desenho de Rio de Janeiro.

Em 1964, Lacerda contrata um arquiteto grego, Constantino Doxiadis, - o que gerou um enorme conflito entre os arquitetos brasileiros – para realizar um novo plano urbanístico para cidade, o Plano Doxiadis vem como uma diferente proposta de Rio de Janeiro, mirando nos anos 2000, (Knauss; Mauad; Motta, 2015, p. 37), visava cortar a cidade por avenidas e vias expressas. O plano sugere a construção de linhas expressas pela cidade, as atuais Linhas Amarela e Vermelha – que foram construídas somente nos anos 1990, na gestão César Maia (1993-1996) –, são inspiradas no Doxiadis, evidenciando, que embora o plano não tenha sido implementado, pois ficou pronto em 1965, já no final da gestão de Lacerda, e precisaria de 40 anos para se concretizar, algumas ideias foram aproveitadas posteriormente (Perez, 2005). Silva (2020) ao debater os planos diretores da cidade, afirma que “A histórica diferenciação espacial entre as zonas norte e sul foi fortalecida neste período através da ação conjunta entre incorporado-

res imobiliários e diferentes governos municipais” (Silva, 2020, p. 374) e completa

O Governo Lacerda, por conta de seu anticomunismo e oposição às reformas de base do Presidente João Goulart, teve disponível uma generosa linha de crédito de agências e do governo norte-americano para realização de obras de infraestrutura: empréstimos do Banco Mundial, no valor de 50 bilhões de cruzeiros, foram utilizados para construir e a 2ª Adutora do Rio Guandu e ampliar a rede de esgoto. Lacerda também recebeu doações estadunidenses, através do Fundo do Trigo e da AID, para a construção de escolas e remoção de favelas. (Silva, 2020, p. 386)

Retornamos a Perez (2005) para tratar da questão identitária, quando o autor aponta que “O urbanismo do governo Lacerda é o projeto de afirmação da Belacap no cenário nacional. É também uma aposta de que o Rio de Janeiro continuaria sendo a capital de fato” (Perez, 2005, p. 196). O autor salienta as especificidades das reformas dos anos 1960, que diferem das reformas anteriores, em 1960 o modelo europeu foi deixado de lado e foi incorporado ao Rio “a dinâmica das grandes cidades americanas, orien-



tadas pelo pragmatismo e o funcionalismo” (2005, p. 197), o que se reflete nas aberturas de avenidas, nos viadutos, nas favelas removidas e nos objetivos que Lacerda tinha para a cidade, e para si.

Ao longo dos anos os planos de um Rio capital de fato do governador foram implementados, mas o *demolidor de presidentes* não iria se afastar das polêmicas e dos atritos com o Governo Federal, e o ano de 1964 marcaria não só a interrupção no processo democrático brasileiro, com o golpe militar, como também o “início do fim” de sua carreira política. Entre 31 de março e 01 de abril de 1964, os militares cercaram as ruas da cidade de São Sebastião e no Palácio da Guanabara, Lacerda e uma multidão apoiaram o golpe. Todavia, a relação durou pouco, entre outras razões, quando o Governo Castelo Branco (1964-1965) suspende as eleições presidenciais de 1965, Lacerda rompe com os militares. O governador precisa lidar com o novo modelo de governo imposto pela ditadura nos anos seguintes, como o “fim dos partidos políticos, imposição do bipartidarismo e implantação de eleições indiretas para presidente da República e governador” (Motta, 2005, p. 4). A situação política do Brasil, e da Guanabara, levaram Lacerda a formar uma frente ampla contra os militares, buscando aliados em antigos inimigos políticos, como os ex-presidentes JK e Goulart. A frente fra-

cassou, JK e Goulart tiveram seus direitos políticos cassados em 1964. Anos mais tarde, em 1968, Lacerda também foi cassado, logo após a declaração do Ato Institucional nº 5.

Após o rompimento com a ditadura, e ter seus direitos extinguidos, Carlos Lacerda segue na sua carreira de jornalista e escritor, até falecer em 1977, aos 63 anos. A gestão Carlos Lacerda, na Guanabara, perpassa por várias questões, que podem ser observadas a partir de diferentes óticas, seja pela história política, econômica, social ou cultural. Percebe-se, que ao longo desses cinco anos, Lacerda investiu seus recursos, prioritariamente, em alguns aspectos, com destaque para educação, habitação e urbanismo, como apontado por Knauss, Mauad e Motta (2015). Para Maurício de Abreu (2022, p. 184) a “intensificação do processo de concentração de renda, viabilizada pela política econômica pós 1964, levou, por outro lado, a dois outros efeitos significativos sobre a evolução da forma urbana carioca”, o primeiro, são os citados processos de remoções das favelas dos locais mais valorizados da zona sul para que ali

fossem construídas habitações de luxo (símbolos dessa mesma concentração) ou para que os morros fossem mantidos livres e desembaraçados, condição necessária para a sua venda, pela



empresa imobiliária, como "áreas verdes". Pôde-se então "expurgar" da zona Sul grande parte dos pobres que ainda "teimavam" em residir aí, expurgo esse que foi bastante facilitado pela supressão de uma série de direitos civis pelos regimes militares. (Abreu, 2022, p. 184).

O segundo efeito, apontado por Abreu, foi o intenso processo de especulação imobiliária que, ao lograr êxito, determinou a expansão da parte mais abastada da cidade em direção a São Conrado e Barra da Tijuca, com grande e decisiva participação do Estado, sinalizando que data do fim da década de 1960 o início da construção da Autoestrada Lagoa-Barra (ABREU, 2022, p. 184). Os trabalhos de Osório (2005) e Perez (2006) dedicam-se a uma detalhada análise econômica sobre o período. Na síntese de Osório (2005, p. 168-169) a gestão Lacerda "apresenta uma centralidade na estruturação e na modernização da máquina pública" e que "A ênfase de seu governo aponta para obras que equacionam o problema da água (...) para uma forte política de ampliação da rede pública primária de ensino, realização de obras viárias", e complementa "O foco principal do governo estava na recuperação e na modernização da Belacap", para o autor, Lacerda buscou reafirmar

o Rio no lugar de centralidade na nação, e transformá-la em uma cidade vitrine, especificamente, ao remover da zona sul carioca as favelas, visando um "embelezamento" da sua paisagem,

Carlos Lacerda, enquanto governador da Guanabara, idealizou um "novo", um Novo Rio, como ele mesmo descreveu e batizou a rodoviária (Osório, 2005). Os anos de 1960 ficaram no imaginário carioca e foram vastamente registrados em documentos, hoje depositados em diferentes instituições. Neste sentido, dois anos após a sua morte, em 1979 parte do acervo do governador é entregue à Universidade de Brasília (UNB), entre outros documentos, é composto por 4.426 imagens. Décadas mais tarde, em 2006, Mauro Magalhães doa ao Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, o acervo da gestão de Lacerda frente a Guanabara, que estava guardado com o seu assessor de imprensa, Walter Cunto, dentre outros documentos, Magalhães entregou ao AGCRJ 5.521 fotografias, e 23.083 negativos em acetato. Em 2005, o MIS repassa ao Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, um fundo de fotografias, produzido pela Assessoria de Imprensa e Divulgação (AID), entre os anos de 1960-1998, contendo 19.161 dossiês, e organizada a partir das gestões dos governadores, da Guanabara, e após a fusão dos Estados, os governadores do Estado do Rio de Janeiro.



9 Música Favela do Pasmado, de Edith Serra, gravada pelo coral Pequenos cantores da Guanabara, em 1965.

10 Para Motta “Se a força do chaguismo se assentou na sua capacidade de agregar pessoas e interesses comuns em tomo de uma azeitada máquina política, suportada, é verdade, pelo expressivo patrimônio de poder então acumulado no Executivo estadual, o segredo do lacerdismo residiu nas emoções que Lacerda era capaz de despertar em seguidores apaixonados e adversários empedernidos.” (Motta, 1999, p. 371)

A outra face da cidade – os arquivos, os lugares e a disputa de memórias

O fogo no morro alastrou / Entrou no barraco e nada deixou / As labaredas cresciam, cresciam / E o inferno de fogo a favela baixou / Que é da casa do João, brasa virou / João não tem mais lugar pra sonhar como sonhou / E lá no Pasmado, triste, abandonado / Nem aquela palmeira o fogo deixou⁹

No dia 01 de março de 2018, dia em que a cidade de São Sebastião completou 453 anos, o então prefeito, Marcello Crivella (2016-2020), determinou o tombamento definitivo da Coleção Carlos Lacerda, depositada no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. No decreto Rio nº 44.277, consta “considerando a importância de Carlos Lacerda para a história da cidade do Rio de Janeiro”, fica decretado que

Art. 1º Fica tombado definitivamente, nos termos do art. 1º da Lei 166, de 27 de maio de 1980 e do art. 134 da Lei Complementar nº 111, de 01 de fevereiro de 2011, o acervo arquivístico denominado Coleção Carlos Lacerda, sob a guarda do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ).

Passados 53 anos do fim de sua gestão frente a Guanabara, ao patrimonializar seu acervo, como um Bem protegido da cidade, Carlos Lacerda, era novamente, marcado e lembrado na memória e na identidade da cidade. Motta (1999, p. 351) justifica a questão, ao fazer um comparativo entre Lacerda e Chagas Freitas, para a autora “Pode-se afirmar que, mais do que governadores estaduais, Carlos Lacerda e Chagas Freitas comandaram a formação de importantes correntes da política carioca a eles diretamente vinculadas - o lacerdismo e o chaguismo”¹⁰. Motta (1999, p. 373) atenta para questões identitárias da cidade, e afirma que “A memória da capitalidade (...) continua sendo um elemento fundamental da identidade política do Rio de Janeiro” e assegura que esse projeto de transformação da Guanabara em estado-capital, de Lacerda, aliados a uma “combinação de interesses pessoais (...) e do peso da tradição centenária da cidade **colocou Lacerda como a efigie da política carioca**” (grifo nosso), e enquanto, Chagas Freitas, se manteve “ligado ao clientelismo local, discreto e reservado”, Lacerda se manteve fiel a identidade enraizada do Rio. Chagas, ao estadualizar a Guanabara, abandona o projeto de vitrine da nação. Desta forma, para Motta (1999) Carlos Lacerda ficou na memória e no imaginário social e político

RACHEL FERREIRA TORRES

carioca, e Chagas Freitas, embora tenha uma grande participação no cenário político, foi “relegado ao esquecimento, como se sua atuação política de corte local, baseada na prática do favor e do clientelismo, não combinasse com os referenciais da cultura política da cidade do Rio de Janeiro, “caixa de ressonância do Brasil” (Motta, 1999, p. 352).

Ao não perdoar Chagas Freitas pelo enfraquecimento da identidade política, “o carioca” deixou para o ex-governador, o esquecimento, e para Lacerda, o legado. Mas existe outra face da cidade, e embora marco da política, com suas fotografias e textos tomados como patrimônio, são distintas as memórias e os esquecimentos que permeiam o imaginário de moradores removidos das paisagens das zonas sul e norte da cidade. A memória é o nosso fio condutor, e de acordo com Pollak ela é “um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (Pollak, 1992, p. 5) e destaca que se a memória é socialmente construída, é certo que toda documentação também o é (Pollak, 1992, p. 8).

Figura 6 - Lacerda Visita a Favela do Pasmado



Fonte: Coleção Particular C. Lacerda /AGCRJ

Figura 7 – Manifestação de moradores



Fonte: Agência O Globo

Observa-se nas figuras 6 e 7 – uma proveniente do acervo de Lacerda e outra do Jornal O Globo, respectivamente – o registro das manifestações da população afetada pelas remoções. Nos muros do Pasmado ecoa a frase “*não vamos para Bangu*”, e na voz dos habitantes, o desejo de permanecer e morar perto do trabalho. Esses sentimentos demonstram fatores em comum entre os moradores, como fica evidente na série de depoimentos concedidos aos diretores do filme *Remoção* (2013), Luiz Antônio Pilar e Anderson Quack, dos quais destacamos

“É como se tivessem me levado para outro país, eu falei para a Sol, era tudo diferente, “arranca-

ram” todas as raízes. Nós tínhamos uma dificuldade “por causa de que” não tinha luz na rua, não tinha padaria, não tinha nada.”

Depoimento “Tia Sandu”

“Se eu tivesse dinheiro eu ia comprar uma casa na Rodrigues de Freitas, é minha raiz de infância, ali que eu aprendi a andar, a caminhar, a correr, a jogar bola, a nadar, a pescar, tudo foi ali, e eu tive que transferir pra cá.”

Depoimento de Luiz Carlos Silva

“Eu sou Célia, morada de Vila Aliança, mas vim na remoção do Pasmado, acho que em 1962, por aí, no governo Carlos Lacerda, que fez a remoção do Pasmado para Vila Aliança, então nós viemos morar aqui, quando a gente veio ‘para aqui’ era uma casa, não tinha luz na rua, só tinha nas casas, as ruas ainda era sem asfalto, e a gente ‘viemos’ para cá, para morar aqui e a gente, lá embaixo era bem melhor. Nossa remoção de lá pra cá foi muito dolorida, a gente pensou também que ‘a gente chegasse’ aqui encontraria coisas melhores, porque foi tirando a gente do barraco, os soldados



RACHEL FERREIRA TORRES

do exército metendo a corda, jogando os barracos embaixo e a gente simplesmente subindo no caminhão e vindo pra cá.”

Depoimento de Célia – Moradora da Vila Aliança

A saudade da casa, a falta das raízes, e os problemas enfrentados por um sonho vendido que não se concretizou, são centrais nos relatos. Retornamos Pollak (1992, p. 12) em seus estudos sobre memória, identidade e a oralidade, para o autor “a história de vida apareceu como um instrumento privilegiado para avaliar os momentos de mudança, os momentos de transformação”, assim, ao analisarmos esses relatos, essas histórias com tanto em comum, percebe-se que a busca para solucionar o “problema favela” e a tentativa de “limpar” a paisagem, foi a ocultação. As políticas de habitação da Guanabara, iniciadas com o governo Carlos Lacerda, foram responsáveis não só pela tentativa de apagamento, mas por causar nessas pessoas o sentimento de não pertencimento ao espaço e ao lugar, afastando a população, não só fisicamente de seus locais de origem, do trabalho, do centro e dos serviços da cidade, mas também das famílias e de todos os sentimentos subjetivos que isto representa.

“Nós aqui ainda demos uma sorte que a maioria do Macedo Sobrinho veio para cá, tem outros que foram para a Av. Suburbana, para outros lugares, dividiram a família, família que não tinha um poder aquisitivo, que fosse aposentado, ia para a Nova Holanda, barraco de Madeira. Não vieram para cá, minha tia por exemplo foi para a Nova Holanda, minha tia que me criou foi para a Nova Holanda. Quer dizer, separaram uma família, porque meu barraco era do lado, o da minha tia era colado. Quer dizer, você se perde, até você se achar”

Depoimento de morador removido da Favela Macedo Sobrinho.

Para o governo, na voz de Maria Aparecida Silveira Boaventura, em depoimento prestado para o mesmo filme, a separação dessas comunidades foi “o que salvou esses conjuntos inicialmente removidos, de uma revolta muito grande, foi exatamente eles não terem vindo todos para o mesmo lugar (...) talvez se viessem todos do mesmo lugar, a resistência fosse maior”, e em outro momento, declara “essa remoção de favelas, inicialmente, foi para aproveitar espaços que tinham, que precisavam ser desenvolvi-

RACHEL FERREIRA TORRES

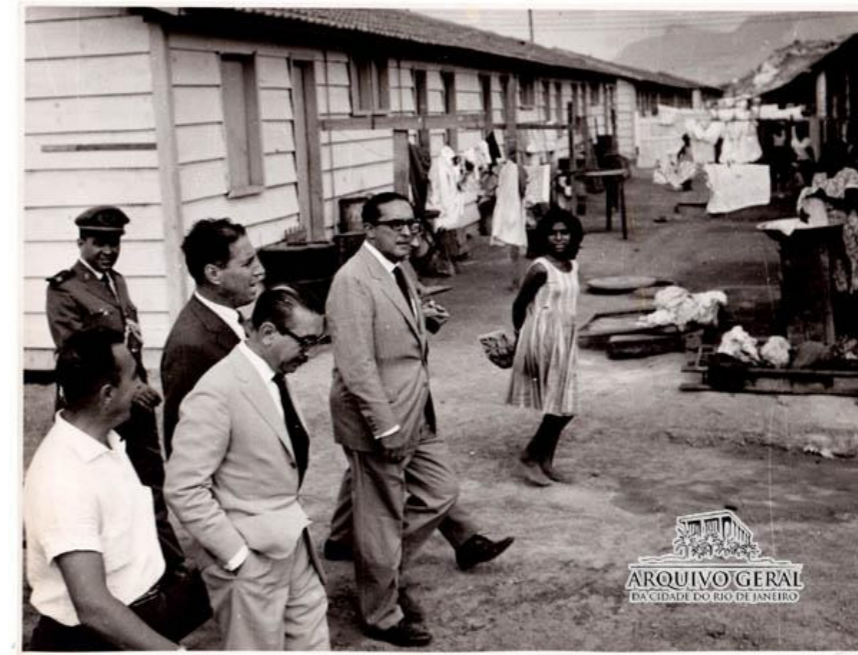
dos, principalmente na Zona Sul”. A população favelada foi removida, com a promessa de uma vida melhor, entre outras razões, em função de um padrão de luxo e consumo, suas relações foram afetadas por uma lógica capitalista e da visão da cidade enquanto mercadoria. Algo que precisava ser requalificado, para ser vendido.

Figura 8 – Vila Aliança



Fonte: Coleção Particular Carlos Lacerda /AGCRJ

Figura 9 – Nova Holanda



Fonte: Coleção Particular Carlos Lacerda /AGCRJ

Na figura 8, observamos em primeiro plano uma família, em segundo, as casas de alvenaria e o chão, ainda sem asfalto. Na segunda, (figura 9), ocorre uma visita do Governador Carlos Lacerda, ao então Centro Provisório de Habitação da Nova Holanda – hoje, a favela da Nova Holanda permanece, no mesmo local, as margens da Baía de Guanabara, no Complexo da Maré – na imagem, é possível observar a diferença das construções, aqui de madeira, como apontado pelo morador em seu depoimento, as ruas já ocupadas por pessoas, peças de roupas e marcada pela falta de urbanização – que tanto incomodava na



RACHEL FERREIRA TORRES

paisagem da zona sul -. Como foi apresentado por Trindade (2006), à Nova Holanda estava destinado o solo urbano para os mais pobres, explicitando a lógica e a relação do capital com o Estado, a quem pertence o direito do uso a cidade? Que Harvey (2014) define como

O direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos profundos desejos. Além disso, é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização. (Harvey, 2014, p. 28)

Indicam os documentos que aos moradores da Favela do Pasmado, da Favela Macedo Sobrinho, da Favela do Esqueleto, do Morro do Querosene, e mais tarde, sob a gestão Negrão de Lima, aos moradores da Favela da Praia do Pinto, da Catacumba, e tantas outras, foi negado o direito à cidade, ao seu uso, e para essas comunidades específicas, o “processo de urbanização” – e do mercado – foram mais poderosos que o coletivo em relação ao lugar. O pasmado segue desocupado, como um parque, onde hoje abri-

ga o Monumento Memorial às Vítimas do Holocausto, o entorno da Lagoa Rodrigues de Freitas está rodeado de condomínios de luxo, mas as favelas, elas também resistiram, em novos lugares, mas como antigos espaços. Os Conjuntos Habitacionais – ou a sua vizinhança - viraram a Favela da Vila Kenedy, Favela da Vila Aliança, a Favela da Nova Holanda, o mesmo aconteceu com conjuntos construídos posteriores a Lacerda, como Cidade de Deus, mas centenas de outras permaneceram, em diferentes zonas da cidade. A favela é um adjetivo da paisagem carioca, da cultura, da economia e da política do Rio de Janeiro, ela é um fato. E parte latente de sua identidade. Para Pollak há uma “ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade”, ressaltando que a memória e a identidade são valores disputados (Pollak, 1992).

Na disputa das narrativas pela biografia da cidade, entre a história oficial e a oralidade, existem os que querem lembrar e os que querem esquecer. Nas lembranças oficiais, pela voz de Lacerda, da Sandra Cavalcanti, de seus arquitetos¹¹, houve nos anos 1960 uma política pública, organizada, de habitação, oferecendo aos seus moradores “uma oportunidade” de adquirir uma infraestrutura melhor, para os moradores, está marcado o sacrifício de ser apartado dos serviços que as zonas centrais e sul ofereciam, de se-

12 Perez aponta que a “revista Veja-Rio, refletindo sobre essas questões apresentou uma matéria de capa com a manchete “Trinta anos sem Lacerda: porque ninguém faz o que ele fez?” Tornou-se tema de reportagens de vários jornais, como no O Globo com o título “Lacerda, administrador que todos querem imitar”. Cf. em Perez (2005, p. 7)

RACHEL FERREIRA TORRES

rem afastados de raízes profundas da construção de suas identidades.

Sobre fotografar para não se esquecer, ressaltamos que ao descrever o incêndio do Pasmado neste trabalho, não utilizamos imagens, e não por uma opção, mas sim pela ausência. Entre as milhares de fotografias depositadas no Arquivo da Cidade e no Arquivo Público do Estado do RJ – acervo oficial -, enquanto lugares de memória (Nora, 1993), não existem, nas documentações fotográficas, imagens ou qualquer menção aos incêndios. Enquanto Lacerda é o sujeito central, como descreve Knauss, Mauad e Motta (2015)

No período da administração de Carlos Lacerda, a Guanabara que se registra nas fotografias revela a busca de um novo perfil para a cidade do Rio de Janeiro: a Belacap, vitrine da nação e capital de fato. O governador, ao cumprir as promessas de campanha que o elegeu, não se isolou nos gabinetes, **figurando nos registros fotográficos em vários lugares nos quais ele se destacava no comando da ação pública.** (Knauss; Mauad; Motta 2015, p. 70, grifo nosso)

O fogo que queimou os barracos, assim como as próprias favelas, procurou ser ocultado, agora dos

registros, do documento fotográfico, criados para lembrar e representar. Carlos Lacerda ao buscar uma identidade para a cidade, na nova configuração política que ela se encontrava, na sua mais pura singularidade do que ser Guanabara representava, objetivou se firmar na figura da reorganização do espaço público. De fato, como observamos ao longo de todo este estudo, ele segue na memória coletiva da cidade, como um representante da identidade política carioca¹², entretanto, como tem sido tema de debate entre os historiadores, sociólogos e antropólogos, o Rio é uma cidade de muitas faces, múltipla e heterogênea, esse Rio de Janeiro de tantos signos, segue com as suas trajetórias e narrativas sempre em disputa.

Considerações finais

Este estudo buscou, de forma concisa, apresentar alguns dos contrastes nas narrativas sobre a cidade do Rio de Janeiro, enquanto Estado da Guanabara, entre 1960-1965. Debatendo sobre as modificações resultantes do processo de requalificação urbana, a partir do advento da fotografia, da historiografia, observando novos paradigmas da modernidade, o modelo de cidade mercadoria, o direito à cidade, atrelados a relação Estado *versus* Capital.



A transferência da Capital para Brasília trouxe para o Rio de Janeiro uma crise política, social e identitária. Lacerda, ao agarrar-se a capitalidade carioca, buscou na requalificação desenhar o seu projeto de cidade, culminando na implementação das suas políticas de habitação e remoção de favelas, visando dar uma nova face a zona sul do Rio de Janeiro, fomentado pelo mercado imobiliário e pelo desejo de retirar da paisagem o objeto “desagradável”. Ao longo do trabalho, nota-se como a memória e a identidade da cidade e de sua população estão ligadas ao *locus* urbano, nas suas mais distintas camadas. Foi na urbanização que o governador almejou concretizar seus objetivos, para os moradores, há outra face dessa narrativa, mergulhados no sentimento de não pertencimento, a requalificação quebra a continuidade e rompe com a memória afetiva. As remoções causaram um fragmento na identidade deste grupo, que precisou se reinventar em novos lugares, mas permanecendo no espaço de “favelados”.

Depositadas nos lugares de memória do Rio, as fotografias tornaram-se um dispositivo do governo, não só para a propaganda política, ou para a cidade enquanto uma vitrine, mas como a materialidade da memória, empregado desde Pereira Passos, como um documento público para a prefeitura, o dispositivo foi utilizado como um objeto de lembrança e repre-

sentação, entretanto lembrança e representação do que e para quem? Ao observamos as fotografias em depósito no Arquivos cariocas, produzidas sob a ótica do governo, percebe-se que a cidade se apresenta como um grande campo de obras conduzidas por um sujeito central, Lacerda. E as favelas são apresentadas como lugares para serem expurgados, espaços privados de urbanização, de serviços públicos, barracos para serem queimados, e sua população apartada dessa zona, que seria esvaziada ou ocupada pelos blocos de apartamento de luxo.

O que almejamos aqui foi realizar um estudo breve e interdisciplinar, a partir da Sociologia e da Ciência da Informação, propondo olhar a mesma história, a partir de duas diferentes lentes, o que certamente não é uma fórmula nova, mas esperamos ter contribuído para o debate sobre o uso das imagens na análise da memória e identidade da cidade, debatendo, o direito ao uso do solo urbano, e paulatinamente, o papel dos Arquivos na formação memória coletiva de uma sociedade.



Referências

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Arquivo Virtual. Disponível em: <http://wpro.rio.rj.gov.br/arquivovirtual/web/> Acesso em: 05 jan. 2023.

ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP, 2022.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na Era da reprodutibilidade Técnica**. Porto Alegre – RS, L&PM, 2021.

_____. Paris, a capital do século XIX. Exposé de 1935; Paris, a capital do século XIX. Exposé de 1939; Haussmanização, lutas de barricadas; Construção em ferro”. **Passagens, Walter Benjamin**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

FARIAS, Edson. Espaço e lembranças na economia simbólica urbana: o “retorno” da Pequena África carioca. **Revista TOMO** – jan./jun. 2010, pp.79-130.

FAWCETT, F; ABREU, F. **Rio 40º graus**. Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/fernanda-abreu/rio-40-graus.html>. Acesso em 02 jan. 2023.

FREIRE, Américo; MOTTA, Marly; SARMENTO, Carlos Eduardo. **A Política Carioca em Quatro Tempos**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

KNAUSS, Paulo; MAUAD, Ana M.; MOTTA, Marly (org). **Nos tempos da Guanabara: uma história visual (1960-1975)**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo: Edições de Janeiro, 2015.

LACERDA, Aline Lopes. **A fotografia nos arquivos: a produção de documentos fotográficos da Fundação Rockefeller durante o combate à febre amarela no Brasil**. 2008. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2008.

MOTTA, M. **Saudades da Guanabara: o campo político da cidade do Rio de Janeiro (1960-75)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.



RACHEL FERREIRA TORRES

MOTTA, M. Frente e verso da política carioca: o Lacerdismo e o Chaguismo. **Revista Estudos Históricos**: cultura política, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, 1999.

NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, 1993.

OSORIO, Mauro. **Rio nacional Rio local: mitos e visões da crise carioca e fluminense**. Rio de Janeiro: Editora SENAC RIO, 2005.

OTLET, Paul. **Tratado de documentação**: o livro sobre o livro teoria e prática. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2018.

PEREZ, Maurício Dominguez. **Lacerda na Guanabara**: a reconstrução do Rio de Janeiro nos anos 1960. Rio de Janeiro: Odisseia Editorial, 2006.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, 1992. p. 200-212

REMOÇÃO. Direção: Luiz Antônio Pilar e Anderson Quack. Lapilar. Brasil, 2013. DVD.

SCHELLENBERG, T.R., **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1974.

SILVA, Pedro Sousa da. Obras públicas, planos urbanísticos e transformação do espaço urbano: o caso do Rio de Janeiro (1948- 1975). **Temporalidades, Revista de História**, ed. 32, v. 12, n. 1, Jan./Abr. 2020



RACHEL FERREIRA TORRES

TRINDADE, Claudia Peçanha da. **Entre a favela e o conjunto habitacional: programa de remoção e habitação provisória (1960-1970)**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFF, Niterói, 2006.

VALLADARES, Lícia do Prado. **Passa-se uma casa**: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

